



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ELISEU GABRIEL VICTOR

**FLUXO MIGRATÓRIO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS PARA A UNILAB: AS
CRESCENTES CANDIDATURAS NAS EDIÇÕES DO PSEE ENTRE 2017 A 2023**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ELISEU GABRIEL VICTOR

**FLUXO MIGRATÓRIO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS PARA A UNILAB: AS
CRESCENTES CANDIDATURAS NAS EDIÇÕES DO PSEE ENTRE 2017 A 2023**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ELISEU GABRIEL VICTOR

**FLUXO MIGRATÓRIO DOS ESTUDANTES ANGOLANOS PARA A UNILAB: AS
CRESCENTES CANDIDATURAS NAS EDIÇÕES DO PSEE ENTRE 2017 A 2023**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 03/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVOS	6
2.1	GERAL	6
2.2	ESPECÍFICOS	6
3	JUSTIFICATIVA	6
4	DISCUSSÃO TEÓRICA	8
4.1	BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	8
4.2	MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES IMIGRANTES	14
4.3	SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE ANGOLA COMO CAUSA DE ABANDONO DO ENSINO SUPERIOR E ESCOLHA PELA FORMAÇÃO NO EXTERIOR	16
5	METODOLOGIA	18
6	CRONOGRAMA	19
	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Existem vários fatores ligados ao processo de migração. Pessoas deixam o seu país de origem por diferentes motivos: econômico, buscando melhores condições de vida; perseguições étnicas, religiosas, políticas, questões ambientais etc.

Após a independência de Angola, que se deu em 1975, o país mergulhou em uma guerra civil promovida por dois grandes partidos políticos, de um lado o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e do outro lado a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Esse conflito armado desestruturou a nação e foi a principal causa na história migratória da população angolana no período que compreende os anos de 1975 a 2002. “A Guerra Civil Angolana iniciada em 1975, ainda durante o processo de independência daquele Estado, só chegou ao seu fim em 2002.” (NUNES, 2020, p. 06). Em 2002, com o acordo de paz, o país viu-se no desafio da reconstrução nacional, as infraestruturas tomaram parte da agenda para erguer o país. A educação precisava de uma intervenção por parte do Estado, a partir de investimentos em infraestruturas.

Em Angola, as transformações políticas, econômicas e sociais marcadas pelos diferentes contextos históricos (colonialismo, política socialista, guerra civil, liberalização econômica e multipartidarismo) também tiveram reflexos no setor educativo em geral e no ensino superior em particular, levando, ao longo dos anos, a uma mobilidade de estudantes angolanos para o exterior. A saída para o estrangeiro apresenta-se assim como uma oportunidade que todos os estudantes angolanos no geral gostariam de beneficiar, independentemente do país de destino. (LIBERATO, 2012, p. 111).

Segundo Rosa, (2016, p.321). “O crescimento populacional gerou uma demanda por mais escolas e, após a guerra, muitos angolanos voltaram a estudar, surgindo, portanto, a necessidade de cursos de formação universitária.” A procura por alternativas, muitos se viram obrigados a optar em buscar no exterior a sua formação, alguns através de bolsas de estudos promovidas pelo governo angolano, por meio da cooperação com outros países. Essas bolsas contavam com a participação do Estado angolano nos encargos ligados à formação acadêmica, através de um subsídio concedido aos estudantes que atendem os requisitos exigidos pelo Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE). Muitos que não conseguiam uma vaga buscavam por alternativas, em outras instituições que não estavam diretamente vinculadas ao INAGBE.

Nesse contexto, o Brasil tem se destacado por ser escolhido por muitos angolanos como país de destino. Além de uma maior oferta de cursos e universidades, muitas

delas públicas, os estudantes contam com programas de apoio à formação, como é o caso do PEC-G do Ministério das Relações Exteriores e de uma Universidade criada para esta finalidade, a UNILAB. (ROSA, 2018, p. 330).

A partir desse contexto, esse projeto pretende apresentar e analisar as razões que têm levado muitos estudantes angolanos a emigrarem e particularmente a optarem pela Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), e entender quais são os fatores predominantes nesta crescente progressão de candidaturas nas inscrições dos Processos Seletivos dos Estudantes Estrangeiros (PSEE) da Unilab, entre 2017 a 2023.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Compreender as razões desta aderência dos estudantes angolanos na Unilab, a partir de uma análise sobre a situação política e socioeconômica de Angola.

2.2 ESPECÍFICOS

- Contextualizar historicamente o ensino superior em Angola.
- Descrever a situação socioeconômica de Angola na atualidade.
- Compreender a influência da situação socioeconômica de Angola sobre a vida dos estudantes.
- Levantar informações sobre os estudantes angolanos da Unilab, para compreender as motivações dessa aderência massiva.

3 JUSTIFICATIVA

O meu interesse nesta temática surgiu enquanto fazia as inscrições de alguns estudantes que me solicitaram, via redes sociais, a fim de ajudá-los neste quesito. Na medida em que fui acompanhando o processo, acabei por notar que o número de inscrição dos candidatos angolanos superou a dos outros países que fazem parte do processo só o fato de Angola ter mais números em relação à Guiné-Bissau, que sempre esteve na frente no tocante

aos números de candidatos inscritos para o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) da Unilab, despertou em mim uma curiosidade e interesse em discutir o assunto num fórum mais amplo.

Atualmente existem 534 estudantes angolanos ativos em cursos de graduação desta Unilab e 04 estudantes angolanos ativos em cursos de pós-graduação. Podemos conferir abaixo a tabela correspondente aos dados de cada entrada:

Edição do PSEE	Total de Inscritos - Angola
2017	974
2018	2.018
2019	2.090
2020	3.381
2021/2022	4.160
2023	9.345

Fonte: Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais em (17/10/2022), atualizado em (13/03/2023).

Esses números nos fazem entender duas coisas: primeiro, que a Unilab está se tornando cada vez mais conhecida em Angola; segundo, os estudantes angolanos estão cada vez mais interessados em fazer a sua formação na Unilab, tendo em conta que existem outros programas de bolsas externas em diversos países em cooperação com o governo de Angola. O segundo ponto está muito ligado ao primeiro, considerando que, o interesse está interligado ao conhecimento nesse caso, quanto mais as pessoas vão tomando conhecimento da existência da Unilab, mais vai se criando curiosidade em torno do seu funcionamento, das suas ofertas e políticas que possam atender os interesses desses mesmos candidatos.

Por isso, nessa pesquisa procuramos buscar dados para entender as circunstâncias em que foi se expandindo esse conhecimento sobre a Unilab entre esses estudantes, averiguar por meio desses dados os veículos mais utilizados que contribuíram na divulgação sobre a existência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. O que chama atenção aqui também, é a política externa da Unilab, como uma Universidade internacional, ela é fundada em princípios baseados na integração com os países africanos de língua oficial portuguesa na qual Angola faz parte.

Desta forma, a Unilab nasce baseada nos princípios de cooperação solidária entre os povos. Em comum acordo com os países parceiros, tornou realidade a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano,

principalmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (UNILAB, 2022)

Deste modo, pude observar que, esta peculiaridade que a Unilab apresenta diante desta cooperação com esses países africanos, é de extrema importância para a nossa compreensão dentro deste tema. Outro fator a se ter em conta é a necessidade de avaliar as razões desta aderência buscando mais conhecimentos sobre: a vida desses estudantes antes da Unilab, se alguns já chegaram a frequentar ou não o ensino superior, as dificuldades que esses estudantes tiveram ou encontraram para acessar o ensino superior público em Angola, conhecer mais quais são as políticas e programas educacionais do governo angolano a fim de garantir o acesso e a permanência dos estudantes às Universidades públicas de Angola, e até que ponto essas políticas adotadas pelo governo angolano têm contribuído positivamente ou negativamente a classe estudantil, e principalmente ouvir também dos mesmos estudantes a razão de optarem pela Unilab.

Quanto à delimitação, é importante esse período por ser um marco na história governamental do país, pelo fato de que, culmina com o período do primeiro mandato do Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, se tratando de um terceiro alto mandatário após 42 anos de independência, uma vez que, a proposta é analisar a partir da situação socioeconômica de Angola, é de suma importância pensar em como este fluxo migratório se dá dentro da era “Lourencista”.

Assim sendo, essa pesquisa é de suma importância porque ajudará a entender em que condições esses estudantes saem de Angola para o Brasil, as motivações que caracterizam os mesmos a deixarem a sua terra natal em busca de uma formação superior no exterior, os impactos da situação política e socioeconômica de Angola nessa tomada de decisão, bem como ajudará a termos uma visão de como a política externa da Unilab tem sido eficiente com os países parceiros.

4 DISCUSSÃO TEÓRICA

4.1 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

O ensino superior em Angola teve o início na época colonial, quando o país tinha o estatuto de província ultramarina, resultado da divisão administrativa do império português com as suas colônias africanas, os portugueses movidos pelos seus interesses dentro do

território angolano, decidiram avançar na implantação do ensino superior. Segundo Liberato, (2019), seu percurso de implementação pode ser dividido em duas partes: o período colonial que compreende a data da sua implantação e vai de 1962 até 1974, e o período pós-colonial que compreende a data da independência em 1975 aos dias atuais.

O ano de 1962 constitui um marco importante na história do ensino superior em Angola com a criação dos Estudos Gerais Universitários (EGU) com o Decreto-lei 44530, de 21 de Agosto de 1962, fruto de dois pressupostos fundamentais: O primeiro de natureza interna que consistiu na necessidade dos colonialistas terem os seus filhos a fazerem formação superior sem a necessidade de deslocarem-se pela metrópole, o segundo residia na pressão feita pelos movimentos de libertação e dos grupos de resistências contra o colonialismo sobre o direito à educação aos angolanos coincidindo com o início da luta armada e finalmente o terceiro era de natureza externa com a pressão das organizações internacionais contra a exploração colonial com vista a independência às colônias. (FILHO, 2020, p. 23).

O primeiro período trata-se de uma política colonial levada a cabo por Portugal nos territórios africanos que estavam sob o seu domínio. Segundo Cassinela (2022): "desde o momento de sua implementação (1962), o Ensino Superior constitui-se como um sistema de elite, dominado pela classe colonial e alguns assimilados." Sendo assim, devido à desigualdade racial e social, houve muitos que não tinham condições para frequentarem o ensino superior no território angolano por não fazerem parte desta elite dominante daquela época, conforme colocado por Filho (2020, p. 23): "os da camada média e baixa, que constituíam a maioria da franja populacional, não tinham acesso ao ensino superior." Situação que veio a mudar após a independência de Angola em 1975.

Como se pode calcular, o alcance da independência trouxe a ânsia e necessidade urgente de se tornar o ensino superior menos elitista, menos antiquado e descontextualizado, com vista a formação de quadros que pudessem, objetivamente, fazer frente aos desafios que, desde então, se passariam a impor ao país. O processo de transformação ficou marcado por três etapas ou períodos. (FILHO, 2020, p. 24).

Neste segundo período, além de abertura para as demais classes e raça, também foi o período da expansão das universidades no território de Angola. "Em 1976 é extinta a Universidade de Luanda e passa a chamar-se Universidade de Angola até em 1985, recentralização da universidade com a expansão e massificação do ensino superior, [...]" (FILHO, 2020, p. 30). Mas esse processo de massificação do ensino superior em Angola foi oscilando por estar condicionado à situação do conflito armado que o país estava atravessando. "A década de 90 foi um período muito conturbado, devido à explosão da guerra civil, inviabilizando assim o processo da massificação que havia começado na etapa anterior."

(ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020). Certamente que, por mais que o governo angolano tivesse na época vários projetos para suprir a necessidade na área da educação relacionada às infraestruturas, a fim de ampliar em todo território nacional mais escolas, tanto superior como para a educação básica, não seria uma tarefa fácil tendo em vista toda essa situação. Além da inviabilidade na construção de infraestruturas temos também vários setores sendo afetados, a locomoção da própria população angolana estava condicionada àquele contexto.

Nos finais de 1990, verificaram-se transformações na vida política do país com a saída de um regime de monopartidarismo para multipartidarismo, através da assinatura dos Acordos de paz em Bicesse, em 13 de Maio de 1991, entre o governo do MPLA e a UNITA, e realização posterior das primeiras eleições multipartidárias em 1992. (ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020).

Enquanto a guerra civil predominava o território nacional, não houve política expansionista do ensino superior por parte do Estado angolano, coisas que começaram a mudar com acordos de paz entre os dois principais atores. Assim sendo, o ensino superior começou a ganhar uma nova imagem, podemos considerar essa nova imagem como a entrada do ensino superior privado no país, fruto da metamorfose da situação política.

Essas mudanças políticas e a adoção da economia do mercado, dando espaço à iniciativa privada, também influenciaram o Ensino Superior, o que permitiu o surgimento da Universidade Privada em Angola, a Universidade Católica de Angola, com o Decreto n.º 38-A/92, de 7 de Agosto, o que levou a UAN a fazer uma revisão no seu estatuto, bem como estimular a aprovação de um Estatuto da Carreira Docente diferente do vigente na altura – Decretos n.º 2/95 e 3/95, de 24 de Março. (ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020).

Foi um passo importante para o ensino superior no país, mas que ainda se via com algumas debilidades para atender a população angolana, sendo que, até aquele momento o destaque maior deu-se ao surgimento da Universidade Privada. “Assim, refira-se que, até 1999, a UAN foi a única instituição pública de ensino superior em Angola.” (BRÁS; DIVOVO, 2019, p. 95). Com a Universidade António Agostinho Neto (UAN), sendo a única Universidade exercendo o papel de pública, a necessidade expansionista do ensino superior público continuava.

Várias políticas foram criadas para qualificação de quadros. “Até 1991, a política do Estado angolano em relação ao ensino superior alternou entre a formação superior dentro do país e o envio de bolsiros para o exterior, nomeadamente, Cuba e União Soviética.”

(LIBERATO, 2019). Nesta fase começou a expansão do fluxo migratório dos estudantes angolanos para o exterior. Para Liberato (2019):

A continuidade da política de envio de bolseiros para o exterior para realização da formação superior levou a uma situação de quase abandono do investimento e financiamento do subsistema de ensino superior em Angola, na medida em que o peso das despesas com bolsas de estudo no Orçamento Geral do Estado (OGE) era superior ao investimento no ensino superior internamente [...].

Partindo desse pressuposto, esse desequilíbrio de investimento promoveu uma estagnação no progresso interno, quanto menos é o investimento de certeza que menos é o crescimento. Embora seja notório que nesta fase o país precisava formar quadros, o investimento interno serviria para acudir mais a demanda da população que não conseguia de certo modo uma bolsa externa.

Após vários anos de conflitos e sendo um Estado instável, somente com o alcance da paz em 2002, que as políticas expansionistas do ensino superior foram aplicadas com mais precisão, comparada ao período anterior a este advento, houve aumento tanto no público como no privado. “No período de 2002 a 2008, houve um aumento significativo de instituições públicas e privadas devido ao advento da paz, passando de 5 IES para 13, de 988 professores a 3128 e de 12566 estudantes a 87196.” (ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020). Esta expansão de instituições públicas está relacionada ao aumento de centros universitários da Universidade António Agostinho Neto (UAN), “Importa referir que, até 2009, a UAN era a única IES pública em Angola com núcleos ou centros universitários nalgumas regiões do país.” (BRÁS; DIVOVO, 2019, p. 95). Vimos que a massificação estava sendo feita de forma gradual e mesmo sendo ainda por intermédio de aumento de centros universitários da UAN, ajudou pelo menos a estender o ensino superior no país.

[...] apesar do aumento de número de instituições privadas e a extensão da UAN desde 2002 a 2008 aproximadamente, na maioria das províncias e concomitantemente o aumento massivo de estudantes, não considerava-se de forma oficial uma massificação devido à falta de legislação que suportava essa expansão. (ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020).

Se até 2008, não havia legislação que pudesse dar suporte a expansão do ensino superior, em 2009, foi diferente, o governo angolano viu a necessidade de haver progressão na forma como as instituições do ensino superiores conduziam ou prestavam os seus serviços diante deste aumento das instituições de ensino superior públicas, neste exercício, o governo

aprovou vários decretos relacionado ao regulamento das instituições de ensino superior públicas, que Aleaga, Filho, Sacomboio (2020), vão destacar três (3):

Esses três instrumentos legais foram: O Decreto nº 7/09, de 12 de Maio, que estabelece a Reorganização da Rede de Instituições de Ensino Superior Públicas, com a Criação de novas Instituições de Ensino Superior e o Redimensionamento da UAN; o Decreto nº 5/09, de 7 de Abril, que cria as Regiões Académicas, que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das Instituições de Ensino Superior; e o Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior. (ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020).

Por conta disso, neste período o país não se dispunha somente da Universidade Agostinho Neto (UAN), como a única instituição pública, além dos centros e pólos universitários. “Nesta perspectiva, o país passou a dispor, além da UAN, de seis instituições públicas de ensino superior [...]”. (ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020). Com esses decretos aprovados, houve sustentabilidade na política de massificação do ensino superior em Angola, e com eles foram surgindo vários outros decretos com diversas finalidades, destaque para o Decreto Presidencial nº 168/12 de 24 de Julho de 2012, que autoriza a criação de diversas instituições de ensino superior privadas, no seu artigo 1º foram aprovadas oito (08) instituições para entrarem em funcionamento no mesmo ano.

Até 2014, o país já contava com 29 instituições de ensino superior públicas, (BRÁS; DIVOVO, 2019, p. 96). E de lá pra cá, hoje segundo os dados oficiais do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação o país conta com 31 instituições de ensino superior públicas, como podemos conferir na tabela abaixo:

Quadro 1 - Lista das instituições angolanas de ensino superior públicas

Nº	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PROVÍNCIA	MUNICÍPIO	NATUREZA
01	Universidade Agostinho Neto	Luanda	Talatona	Pública
02	Universidade de Luanda	Luanda	Talatona	Pública
03	Universidade Katyavala Bwila	Benguela	Benguela	Pública
04	Universidade José Eduardo dos Santos	Huambo	Huambo	Pública
05	Universidade Cuíto Cuanavale	Cuando Cubango	Menongue	Pública
06	Universidade KimpaVita	Uíge	Uíge	Pública
07	Universidade Lueji a Nkonde	Lunda Norte	Dundo	Pública
08	Universidade MandumeYaNdemufayo	Huíla	Lubango	Pública
09	Universidade 11 de Novembro	Cabinda	Cabinda	Pública
10	Universidade do Namibe	Namibe	Moçâmedes	Pública
11	Universidade Rainha Njinga a Mbande	Malanje	Malanje	Pública

12	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Luanda	Belas	Pública
13	Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela	Benguela	Benguela	Pública
14	Instituto Superior de Ciências de Educação de Cabinda	Cabinda	Cabinda	Pública
15	Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe	Cuanza	Sul Sumbe	Pública
16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Huambo	Huambo	Pública
17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Huíla	Lubango	Pública
18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Uíge	Uíge	Pública
19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Cuanza Sul	Sumbe	Pública
20	Instituto Superior Politécnico do Soyo	Zaire	Soyo	Pública
21	Instituto Superior Politécnico do Bié	Bié	Cuito	Pública
22	Instituto Superior Politécnico de Ndalatando	Cuanza Norte	Ndalatando	Pública
23	Instituto Superior Politécnico do Moxico	Moxico	Luena	Pública
24	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Bengo	Caxito	Pública
25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Bié	Cuito	Pública
26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Cuanza Norte	Ndalatando	Pública
27	Escola Superior de Ciências Sociais, Artes e Humanidades	Zaire	Mbanza Congo	Pública
28	Instituto Superior Técnico Militar	Luanda	Kilamba Kiaxi	Pública
29	Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais General Osvaldo Serra Van-Dúnem	Luanda	Belas	Pública
30	Academia de Ciências Sociais e Tecnologia	Luanda	Belas	Pública
31	Instituto Superior Politécnico do Bengo	Bengo	Caxito	Pública

Fonte: Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (2022).

Mas, por outro lado, esse processo também teve consequências negativas nomeadamente: falta de prioridade em termos de abertura de cursos, pouca oferta de cursos na área de ciências e engenharia, um número substancial de professores colaboradores e com grau de licenciados sem experiência pedagógica, infraestruturas adaptadas para o funcionamento de instituições de Ensino Superior, diminuição da qualidade do perfil de entrada dos candidatos ao ingresso no subsistema do Ensino Superior, defeituoso apetrechamento e funcionamento das bibliotecas, existências de poucos laboratórios, excessiva carga horária dos docentes,

fomentando a turbo-docência, pouca produção científica, entre outras. (ALEAGA; FILHO; SACOMBOIO, 2020).

As infraestruturas são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento de qualquer país, porém, há necessidade dessas infraestruturas serem acompanhadas de outras políticas públicas que possam sustentar ou dar sentido a existência dessas construções, porque apesar desta expansão do ensino superior no território nacional, ainda assim, vimos estudantes sem acesso a essas instituições públicas que foram criadas para atenderem a demanda da população estudantil, e por várias razões. Desde os números de vagas que não chega atender o número de requerentes, tanto aos cursos ofertados. “Pensamos que o alcance desta política estratégica de desenvolvimento deve passar por assegurar o acesso de todos a uma educação de qualidade sem discriminação promover as possibilidades de aprendizagem [...]”. (BRÁS; DIVOVO, 2019, p. 100).

4.2 MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES IMIGRANTES

Para Azevedo, Laier e Dutra (2019), “os deslocamentos populacionais são fenômenos comuns em qualquer sociedade, variando em suas condições sociais, econômicas, culturais e políticas.” Nesta ação aparecem como sujeitos os migrantes, que são aquelas pessoas que abandonam o seu país e que vão a outro país, a outro território, à outra nação, com o objetivo de lá permanecer de forma temporária ou de forma definitiva e essas migrações elas são originadas por diversas índoles então há várias motivações para migrações. Elas podem ser motivações econômicas e motivações sociais, podem ser motivações ambientais, existem vários motivos pelos quais as pessoas decidem abandonar o seu país e fixar residência em outro estado, mas existem também aquelas migrações que são migrações forçadas, ou seja, aquelas pessoas que saem do seu estado por alguns problemas que impossibilitam permanecer no seu território de origem e para sobreviverem elas precisam abandonar aquela região.

Como vimos anteriormente, existem várias razões que estão na origem ou que sustentam o processo migratório, bem como existem diferentes tipos de migração. O nosso tema está voltado a um tipo específico de migração, que é a migração estudantil. “Sair do país de origem em busca de uma qualificação profissional configura um tipo muito específico de deslocamento territorial”. (FRANCISCO, 2020, p. 15). Não só um tipo de deslocamento territorial específico como também as motivações e objetivos são nesse caso diferentes aos demais tipos de migração.

Na literatura internacional, o tema da migração estudantil já é bastante difundido e consistente. A migração estudantil ocorre quando o estudante deixa a sua residência de origem e destina-se para outro local/região com a finalidade de cursar o ensino superior. Dessa forma, os trabalhos que se dedicam a estudar o tema apontam que, em geral, ao decidir sobre seu futuro no ensino superior, o indivíduo toma decisões racionais que consideram os possíveis custos e retornos esperados de se obter um diploma de ensino superior em determinada instituição de ensino. (CARDOSO, 2022, p. 431).

Movidos pela decisão de cursarem o ensino superior, muitos estudantes angolanos têm deixado a sua pátria mãe tendo como destino o Brasil. Por conta disso, acabam por adquirir um novo estatuto social diferente do que tinham em suas terras. “Aquele que viaja se vê obrigado a sentir-se `estrangeiro`, pois ocupa o lugar do `outro`.” (RODRIGUES, 2013, p. 66). A visão de cidadão nacional, ou até mesmo de “donos da terra”, acaba ganhando outro ângulo (de nacional e donos da terra para cidadãos estrangeiros).

O fato é que a migração desses jovens altera profundamente a maneira de enxergarem o mundo, pois estão sendo inseridos em um universo diferente daquele que deixaram e, ainda, permanecem um período relativamente curto quatro ou cinco anos para obterem o título de bacharel e/ou licenciado no país anfitrião, mas carregado de novidades resultantes de sensações, de cobranças, de sonhos, de angústias, de contatos e de conhecimentos novos que propiciam a constituição de novos sujeitos socioculturais, históricos e psíquicos, na medida em que se transformam paulatinamente diante da avalanche de informações científicas, midiáticas e hormonais que os faz cada vez mais diferentes e estranhos diante de um cotidiano multifacetado, plural e altamente dinâmico, em decorrência dessas perspectivas que os mobiliza para estarem física e sentimentalmente em Angola e/ou no Brasil. (FONSECA, 2009, p. 43).

Vemos que, essa mobilidade acaba por acrescentar muita coisa importante na vida desses estudantes, começando pelas experiências não só acadêmicas como também na vida pessoal, traz de certeza um amadurecimento, é um desafio uma nova realidade, em diferentes áreas e pelo fato de estar em diferentes lugares, o que pode te ajudar a pensar coisas que você jamais pensaria ou talvez você não fosse capaz de pensar caso estivesse no seu lugar de conforto, tendo em conta que, a imigração não oferece conforto, mas sim confronto. Confronta a cultura, confronta até certo ponto o nível de conhecimento sobre diversas áreas e daí o imigrante além da sua busca científica vai se equilibrando também no meio desse contato que vai tendo ao longo da sua estadia no país na qual migrou. “As narrativas revelam que os estudantes migrantes anseiam por qualificação acadêmica, aquisição de experiência de vida e perspectivas futuras de ascensão social, propiciados pela imersão na cultura de outro país.” (HOEFEL, SEVERO, FREITAS, 2020, p. 242).

Embora o Brasil tenha a língua portuguesa como o idioma oficial tal e qual em Angola, e apesar de algumas culturas terem um pouquinho de similaridade, Angola e Brasil

são países distintos culturalmente, geograficamente e não só, por esta razão, para os estudantes angolanos que migram no Brasil por intermédio da Unilab acabam se confrontado também com essas diferenças:

Nesse sentido, no caso dos estudantes angolanos na Unilab, no Ceará, por se tratar de um encontro entre culturas distintas em um novo lugar, onde se absorve, aprende, reage e se partilha referenciais culturais diferentes, ocorrerá uma reestruturação de valores prévios e o “cultivo” de outros. (MANJOR, 2018, p. 09).

Os desafios para quem deixa a sua terra de origem são enormes, por esta razão não é fácil para muitos estudantes chegarem a tomar esta decisão, por mais que haja uma motivação extrínseca, não deixa de ser de difícil execução, sendo que muitas das vezes envolve o parecer das famílias.

4.3 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE ANGOLA COMO CAUSA DE ABANDONO DO ENSINO SUPERIOR E ESCOLHA PELA FORMAÇÃO NO EXTERIOR

Quando João Lourenço assumiu o poder em 2017, o país já estava atravessando uma crise econômica. Em 2014, o país entrou em uma crise econômica e financeira provocada pela queda do preço do petróleo o que impactou na diminuição das receitas de exportação do país, sendo que, Angola sempre esteve entre os principais produtores de petróleo até mesmo ocupando o segundo lugar como o maior produtor de petróleo entre os países do continente africano. (BARROS, 2016; CRONOCARON; KOSSENGUE, 2018). A economia do país é demasiadamente dependente do petróleo, na exploração e na comercialização, esta descida acentuada do preço fez com que o nível de gastos correntes do governo angolano se tornasse insustentável.

A economia angolana caracteriza-se pela forte dependência do petróleo, que corresponde a aproximadamente 70% das exportações nacionais e constitui a principal fonte de entrada de divisas americanas (dólares) no país utilizadas para a importação de bens do estrangeiro, uma vez que a produção nacional é ainda insuficiente para satisfazer o mercado. Assim, o Orçamento Geral de Estado angolano (OGE) é elaborado com base no preço do petróleo, pelo que as oscilações no valor de mercado do barril têm um impacto direto sobre as contas públicas. (BARROS, 2016, p. 32).

João Lourenço ao assumir o poder com a sua política de “melhorar o que está bem e corrigir o que está mal”, cativou vários angolanos a enxergarem uma luz no fim do túnel, a promessa de uma luta contra a corrupção em que o país esteve mergulhado com um enorme

fluxo de impunidade, João Lourenço trouxe o discurso que agradou a nação angolana que por sua vez, ficou tão desejosa por estas ações serem realizadas, empregos e o combate à corrupção faziam parte dos anseios e preocupações do povo angolano. “As promessas -- 500 mil empregos, combate sem tréguas contra a corrupção e o nepotismo, melhorar o que está bem e corrigir o que está mal -- visavam dar resposta aos principais anseios e preocupações dos angolanos, segundo o chefe de Estado.” (CNN, 2021).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) nos seus dados estatísticos de 2022, da população angolana, estima-se que 21.475.348 das pessoas no país têm idade inferior a 25 anos, o que quer dizer, que Angola é um país com uma população majoritariamente, jovem. E são esses jovens os mais afetados por conta desta situação crítica e muitos foram obrigados a deixar o Ensino Superior porque não havia condições para se manter e arcar com as despesas, como transporte para se locomover semanalmente até a Universidade, as famílias se viram obrigadas a reduzir certas despesas a fim de manter o básico em casa.

Com uma inflação galopante, que se fixou em julho nos 25,72%, um máximo desde outubro de 2017, e a depreciação do kwanza, as famílias têm cada vez mais dificuldades em pagar as suas contas e adquirirem os alimentos da cesta básica, sendo a produção nacional ainda claramente insuficiente para compensar a redução das importações, de acordo com dados oficiais. (CNN, 2021).

Esta situação socioeconômica criou e está criando dificuldades a toda classe social, porém, os mais afetados como sempre, têm sido as famílias de baixa renda, famílias essas que a maioria desses estudantes angolanos pertencem. Conforme colocado anteriormente esta situação crítica fez com que muitas dessas famílias tivessem que fazer um reajuste nas suas prioridades afetando assim outras despesas, o que já é difícil para um estudante que precisa comprar livros, pegar ônibus semanalmente para poder frequentar as aulas e com os preços das cestas básicas cada vez mais alto, as famílias ficaram condicionadas até para regularização mensal do que chamamos em Angola de “propinas” ou a mensalidade paga pelos estudantes na universidade. “O ensino superior é caro, [...] quanto para estudantes e famílias (mesmo quando as propinas são mínimas) embora existam retornos econômicos demonstráveis, tanto públicos como privados, para investimentos no ensino Superior.” (MANUEL, 2019, p. 05, grifo do autor).

A situação para muitos estudantes veio a se agravar a partir de 2020, com o Decreto Presidencial 124-20 (Propinas, Taxas e Emolumentos nas Instituições Públicas do Ensino Superior), segundo o mesmo decreto assinado pelo Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, a cobrança e o pagamento de propinas e emolumentos nas

instituições de ensino superior públicas visam a “obtenção de recursos financeiros” que concorrem para uma “prestação de serviços de qualidade nos domínios do ensino, investigação científica e extensão universitária”. Ou seja, para que as instituições públicas garantam um serviço que possa atender as necessidades dos estudantes de forma qualitativa, em contrapartida os estudantes têm que contribuir com recursos financeiros.

5 METODOLOGIA

No presente estudo utilizarei numa primeira fase como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir de material já elaborado. No que concerne, a pesquisa bibliográfica é de extrema relevância para a concretização desta pesquisa, visto que, por intermédio dela há possibilidade de agrupar informações que servirão de suporte para a construção da pesquisa, constituído principalmente de livros, jornais, documentos e artigos científicos relacionados à temática.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2013, grifo do autor).

Desse modo, a observação, a busca e a realização de leituras, a análise dos conteúdos reunidos, possibilita discutir os resultados obtidos no que diz respeito aos demais autores consultados nesta sequência de pesquisa, a fim de chegar a uma ou várias conclusões.

Em seguida, será utilizada a entrevista semi-estruturada, realizada a ex- estudantes angolanos que realizaram a sua formação superior no Brasil pela Unilab bem como alguns estudantes ativos e, com abordagem qualitativa na qual será utilizado, para a coleta de dados, o questionário com os estudantes internacionais angolanos em ativo pela Unilab. Para esta finalidade serão abordados para a entrevista cerca de 20 estudantes angolanos, sendo respeitada a questão de ingresso (dentro do tempo delimitado do tema do projeto), cursos, gênero, local de proveniência de Angola (província, município) e o local de ingresso na Unilab (Bahia, Ceará).

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. **Decreto Presidencial** nº 168/12 de 24 de Julho de 2012. Publicado no Diário da República II Série, Nº 97 – estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior.
- AZEVEDO, Leonardo Francisco de; LAIER, Aline Cristina; DUTRA, Rogério Campos de Almeida. **Migrações estudantis**: Desafios e limites de integração à sociedade de destino. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, p. 109–119, 31 mar. 2019.
- BARROS, Bruna Gabriela Gomes. **A crise petrolífera em Angola: realidade ou ficção?:** Estudo de caso: Jornal de Angola, expansão e o país. Universidade Católica Portuguesa, p. 1-88. 2016.
- BRÁS, Chocolate. **Ensino Superior em Angola**. Realidades e desafios para o quinquênio 2017-2022. Luanda: p. 91–106.
- CARDOSO, Renata Pereira; CASTRO, Andressa Porto; FOCHEZATTO, Adelar; FRIO, Gustavo Saraiva. **Migração estudantil**: Uma análise do impacto da política de cotas e do programa universidade para todos. Livros, Universidade e território, p. 429–459, 3 maio 2022.
- CASSINELA, Osvaldo Israel Salumbongo. **Democratização da educação superior em Angola**: inclusão e sucesso acadêmico. UFMG, 15 jul. 2022.
- FRASER, Márcia Tourinho Dantas ; GODIM, Maria Guedes. **Fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Salvador: UFBA. 2004.
- FILHO, João Manuel Correia. **O perfil do docente universitário em Angola no século XXI, suas perspectivas e desafios**: um estudo exploratório em torno de concepções e de práticas. Euvora, 23 jan. 2020.
- FILHO, João Manuel Correia; ROA, Taimara Aleaga; SACOMBOIO, Filomena de Jesus Francisco Correia Filho. A MASSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES EM ANGOLA. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 36, 4 ago. 2020.
- FONSECA, Dagoberto José. **A tripla perspectiva**: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. Campinas, p. 23-44, abr. 2009.
- FREITAS, Luana de Fatima Faria Alves; HOEFEL, Denise Osório; SEVERO, Maria da Graça Luderitz. **Cotidiano de vida de estudantes migrantes integrantes do PEC-G da UnB**: Narrativas de discriminação e preconceito. Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 4, n. 2, p. 235–254, 31 dez. 2020.
- FRANCISCO, Camila Rodrigues. **Diáspora estudantil africana: revisão de literatura. Ponto-e- Vírgula** : Revista de Ciências Sociais, n. 25, p. 15, 2020.
- FURTADO, Sofia Caselli. **Migrações angolanas**. São Paulo: 2020.

GRXNET.COM. **Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - Legislação.** Disponível em: <<https://mescti.gov.ao>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

GRXNET.COM. **Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - Publicações - Lista Actualizada das IES Públicas Angolanas - Dezembro 2022.**

Disponível em: <<https://mescti.gov.ao>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa.** Belo Horizonte: UNA, 2014.

KOSSENGUE, Henrique Jay. **A crise económica angolana e o seu impacto nos contratos privados à luz do artigo 437 a do Código Civil.** Ullisboa, 2018.

LIBERATO, Ermelinda. **A Formação de Quadros Angolanos no Exterior:** Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil. Cadernos de Estudos Africanos, n. 23, p. 109–130, 26 jul. 2012.

MANJOR, Adilson Viana. **Processo de transição e adaptação acadêmica dos estudantes angolanos no ambiente de ensino brasileiro na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.** Unilab, 2018.

NUNES, Fernando José Matias. **A guerra civil angolana no contexto da guerra fria:** da Independência à Guerra por Procuração. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro: 2020.

Os 10 maiores países produtores de petróleo da África. Disponível em:

<<https://cronocaron.com/pt/travel-and-history/4993-top-10-highest-oil-producing-countries-in-africa.html>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

QUATRO anos depois das promessas, presidente angolano João Lourenço enfrenta crise social e económica. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/quatro-anos-depois-das-promessas-presidente-angolano-joao-lourenco-enfrenta-crise-social-e-economica>>. Acesso em: 8 jan. 2023.

RODRIGUES, Silvia Helena. **Jovens oriundos de países africanos de língua portuguesa na Universidade de Brasília :** experiências de migração internacional estudantil. 17 dez. 2013. dez. 2022.

ROSA, Jeferson Argolo. **A emigração angolana para Brasil:** imigrantes, estudantes e refugiados. Revista Aedos, v. 10, n. 23, p. 320–336, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Sobre a Unilab. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>>. Acesso em: 10 mar. 2023.